

**HABEAS CORPUS Nº 542.710 - RS (2019/0324781-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : REGIS AUGUSTO MARTINS XAVIER - RS031900  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : WILSON PEREIRA DE MATOS JUNIOR (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WILSON PEREIRA DE MATOS JUNIOR, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao recurso de origem, em acórdão assim ementado (fl. 98):

AGRAVO EM EXECUÇÃO. ART. 184, §2º, DO CP. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. CONVERSÃO EM PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. ART. 181. § 10, ALÍNEA "A", DA LEP. DESNECESSIDADE DE DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICATIVA.

É dever do apenado manter atualizado o seu endereço nos autos. Para aquele que participou do processo e, posteriormente, não é encontrado, no endereço informado aos autos, na fase de execução, para dar início ao cumprimento das penas restritivas de direitos, a Lei de Execução Penal prevê, como efeito sancionador, a conversão das reprimendas alternativas em pena privativa de liberdade, sendo desnecessária a audiência de justificativa.

AGRAVO EM EXECUÇÃO DESPROVIDO,

Consta dos autos que o Juízo das Execuções Penais converteu a pena restritiva de direitos do paciente em pena privativa de liberdade, em razão da não localização para cumprimento das penas que lhe foram aplicadas (fl. 99).

Irresignada, a Defesa interpôs agravo em execução, ao qual a Corte de origem negou provimento, mantendo a decisão proferida (fls. 96/104).

Daí o presente *writ*, em que a impetrante sustenta, em síntese, que *Registrada a primazia das penas restritivas de direitos sobre as privativas de liberdade, impende registrar, que apresentando o reeducando irregularidade no cumprimento de pena, não foi intimado para apresentação de justificativa, destacando, assim, ser prematura qualquer decisão que decreta a conversão em pena privativa de liberdade a restritiva de direito, porquanto há de ser*

*oportunizada, primeiramente, a oitiva do reeducando, devendo-se envidar esforços para localizá-lo, o que não foi realizado* (fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a cassação do acórdão que manteve a conversão da pena restritiva de direitos do paciente em pena privativa de liberdade.

A liminar foi indeferida (fls. 116-117).

As informações foram prestadas (fls. 121-139).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*, mas por sua concessão de ofício (fls. 144-150).

É o relatório.

DECIDO.

Pretende a defesa cassar a decisão que converteu a pena alternativa em privativa de liberdade.

O Tribunal de origem negou provimento ao agravo em execução defensivo, com base nos seguintes fundamentos (fls. 123-124 e 126):

Em consulta a PEC nº 1587137, o apenado Wilson Pereira de Matos Junior foi condenado à pena privativa de liberdade de 2 (dois) anos de reclusão pela prática do delito previsto no art. 184, §2º, do CP, em regime aberto, substituída por duas penas restritivas de direitos, consistente em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, fixada no valor de 1 (um) salário mínimo, além de multa, estabelecida em 10 (dez) dias-multa, à razão de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo.

**Não localizado nos endereços declarados nos autos, em diversas oportunidades, para fins de ser cientificado para dar início ao cumprimento da pena, restou intimado por edital.**

Deixando de comparecer ao Cartório da VEC, conforme determinado, não dando início ao cumprimento das sanções impostas, sobreveio a conversão das penas restritivas em pena privativa de liberdade.

O apenado encontra-se em lugar incerto e não sabido, mostrando-se correto o procedimento do Juízo da Execução.

Com efeito, **o reeducando tem o dever de manter atualizado o seu endereço. Para aquele que participou do processo de conhecimento e, posteriormente, não é encontrado na fase de execução, para dar início ao cumprimento das penas alternativas impostas, a Lei de Execução Penal prevê, como efeito sancionador, a conversão delas em pena privativa de liberdade, como reza a alínea “a” do § 1º do art. 181, haja vista o desinteresse do condenado em cumprir a sanção penal. [...]**

[...]

Assim, não tendo o agravante comparecido ou justificado sua ausência, a medida adotada encontra-se em conformidade com a alínea "a" do § 1º do art. 181, da Lei nº 7.210/84, e o art. 44, § 4º, do CP, sendo desnecessária a audiência de justificativa.

[...]

Pelo exposto, NEGOU provimento ao agravo.

A Corte *a quo* negou provimento ao agravo da defesa, destacando que *Não localizado nos endereços declarados nos autos, em diversas oportunidades, para fins de ser cientificado para dar início ao cumprimento da pena, restou intimado por edital, e que, Para aquele que participou do processo de conhecimento e, posteriormente, não é encontrado na fase de execução, para dar início ao cumprimento das penas alternativas impostas, a Lei de Execução Penal prevê, como efeito sancionador, a conversão delas em pena privativa de liberdade, como reza a alínea “a” do § 1º do art. 181, haja vista o desinteresse do condenado em cumprir a sanção penal.*

Acerca do tema, a orientação jurisprudencial desta Corte Superior é no sentido de que é imperiosa a intimação e a oitiva prévia do condenado para comparecimento à audiência de justificação antes da conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.

Nessa linha, o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. CONDENAÇÃO SUPERVENIENTE. PENA RESTRITIVA DE DIREITOS CONVERTIDA EM PRIVATIVA DE LIBERDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PRÉVIA DA DEFESA. NULIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, reiteradas vezes, já decidiu que, "convertida a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade, sem a prévia oitiva do condenado em audiência de justificação, e sendo expedido mandado de prisão, restou configurado o constrangimento ilegal" (RHC 55.684/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 06/05/2015).

2. Diante da ausência de intimação prévia da defesa, a decisão que determinou a conversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade deve ser anulada, a fim de que outra seja proferida após a prévia oitiva da defesa do acusado.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no HC 212.969/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 02/02/2017).

Na hipótese, no entanto, consoante exposto pelas instâncias ordinárias, foi determinada a intimação pessoal do paciente, o qual deixou de comparecer à audiência admonitória realizada por não ter sido localizado no endereço indicado nos autos. Em consequência, foi determinada a intimação pela via editalícia, mais uma vez deixando o apenado de comparecer.

Nesse contexto, tem-se que, na hipótese vertente, *não se vislumbra o*

*alegado constrangimento ilegal uma vez que a dinâmica dos fatos demonstra que houve efetivas tentativas de intimação do apenado para dar início ao cumprimento das penas restritivas, bem como para possibilitar-lhe a apresentação de justificativas, mas ele não foi encontrado no endereço constante dos autos de execução (HC 354.072/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 24/05/2016, DJe 13/06/2016).*

Dessa forma, tendo o apenado demonstrado total desconsideração e desdém com o cumprimento da pena restritiva de direitos, evidencia-se que a sua conduta é incompatível com a finalidade ressocializadora da pena substitutiva, consoante já exposto no presente, de modo que não há como desconstituir a decisão impugnada.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator